

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

## **LICENCIATURA CURTA EM CIÊNCIAS E HABILITAÇÕES: ESTUDO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UERJ**

Daniel Lopes dos Santos Silva<sup>1</sup>  
Maria Cristina Ferreira dos Santos<sup>2</sup>

### **Introdução**

A formação de professores representa os interesses de determinado contexto em relação a aspectos sociais, políticos e econômicos. Em relação à formação de professores para o ensino de ciências, um marco histórico foi a criação das licenciaturas curtas. No Brasil, desde o início do regime militar até 1978, foram criados aproximadamente 100 cursos de licenciatura curta em ciências. Em 1964, o Conselho Federal de Educação (CFE) orientou a criação das licenciaturas curtas enquanto um meio de formar mais professores em um menor período de tempo (Sucupira, 1964). Contudo, a adesão não foi relativamente significativa, seguindo-se a elaboração de mais respaldos para a concretização desses cursos. Somente em 1974, após a criação mais respaldos legislativos, com a Resolução nº 30/1974 do CFE, a licenciatura curta em ciências se torna obrigatórias em relação às áreas de Biologia, Química, Física e Matemática (Brasil, 1974).

As licenciaturas curtas em Ciências foram pouco estudadas no Brasil, sendo importante ampliar a produção de conhecimento sobre o tema. O objeto de estudo foi um curso de licenciatura em ciências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e suas habilitações nas décadas de 1970 e 1980. O objetivo foi investigar a estrutura curricular das habilitações específicas do curso e compreender mudanças e continuidades, em prosseguimento à pesquisa realizada por Santos e Silva (2025). Esperava-se a ocorrência de mudanças no curso para atender às demandas educacionais da época.

### **Fundamentação teórica**

A pesquisa se baseou em estudos de Nóvoa (1992, 1989) sobre a formação de professores; em Goodson (1997, 2012) sobre a construção sócio-histórica do currículo; e em Ayres (2006), Lima-Tavares (2006) e Nascimento (2012) acerca das licenciaturas curtas no Brasil. Nóvoa (1992) aborda a formação de professores enquanto um tema que não deve ser dissociado da reflexão crítica, defendendo a sua construção autônoma e relacionando a fatores externos que influenciam as instituições de ensino (1989). Goodson (1997) trata do currículo como construção

---

<sup>1</sup> Licenciatura em Ciências Biológicas em curso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq. ORCID: 0009-0004-1708-595X. E-mail: danielsts624@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora Associada e docente dos Programas de Pós-graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade e Ensino em Educação Básica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0003-4522-1109. E-mail: mariacristinauerj@gmail.com

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

sócio-histórica, com finalidades e tradições disciplinares, reforçando a importância de uma “história de ação” (Goodson, 2012, p. 72), para a compreensão deste processo.

Nascimento (2012) discorre sobre a desqualificação da formação docente aligeirada em busca do atendimento a uma demanda externa às universidades. Ayres (2006) aponta que no período em que as licenciaturas curtas foram implementadas, problemas como a evasão escolar ainda eram recorrentes. Ainda, segundo ela, a desvalorização pedagógica como uma consequência da integração das diferentes áreas. Lima-Tavares (2006) indica resistência à implementação dos cursos por parte da comunidade científica.

### Metodologia

Foi realizada uma pesquisa qualitativa e documental, apresentando três fases: a pré-análise, em que foram selecionados os documentos a serem analisados de acordo com o objetivo da pesquisa; a exploração do material, com a seleção e classificação dos dados mais pertinentes ao que foi abordado; e a de tratamento dos dados obtidos (Gil, 2002).

Foram levantados diversos documentos acerca do curso, como processos, resoluções, ementas, legislações, fluxogramas, atas de reunião e deliberações, percorrendo Núcleos de Documentação e Memória, departamentos e setores da UERJ e em sítios eletrônicos. A principal fonte foi o Processo nº 1642/1976, com o Relatório sobre criação do curso de licenciatura curta em ciências (UERJ, 1976), localizado no Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica.

Os documentos foram organizados em arquivos digitais e foi realizada a transcrição de ementas das disciplinas do curso localizadas no Processo nº 1642/1976. Em relação aos procedimentos de análise, foi realizada a Análise de Livre Interpretação (ALI) (Anjos et al., 2019), com base nos referenciais teóricos e relacionando o conteúdo nos documentos ao contexto educacional da época.

### Resultados e Discussão

O curso de licenciatura em ciências da UERJ foi implementado a partir da Resolução nº 457/1976 (UERJ, 1976), sob orientação da Resolução nº 30/1974 do CFE (Brasil, 1974). Como outros cursos desta categoria, ele era dividido em dois ciclos: um ciclo comum, para uma formação polivalente com conhecimentos de Biologia, Física, Matemática, Química e Geologia, e um ciclo de habilitação em Biologia, Física, Química ou Matemática, facultativo após a conclusão do ciclo comum. A formação no ciclo comum permitia lecionar no 1º grau e com a habilitação o professor poderia atuar na área escolhida no 2º grau (Santos; Silva, 2025).

O ciclo comum podia ser integralizado entre 4 e 6 períodos, com um total de 2055 horas (CH) e 116 créditos (UERJ, 1976). Disciplinas da área de educação eram oferecidas desde o primeiro período, abrangendo teoria e prática (Santos; Silva, 2025). Algumas disciplinas tinham abordagem interdisciplinar, como Seminário de Temas Integradores e Atividades em Laboratório e/ou Prática. Na disciplina Reuniões de Desenvolvimento estava prevista discussão sobre o funcionamento do curso por alunos e docentes.

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

Em relação às habilitações, elas deveriam ser concluídas em, no mínimo, quatro períodos e, no máximo, seis. A habilitação em Biologia possuía um total de 1815 horas e 85 créditos; a de Matemática, 1920 horas e 120 créditos; a de Física, 1830 horas e 108 créditos; e a de Química, 1815 horas e 128 créditos. Algumas disciplinas, como: Prática de Ensino na Escola de 2º Grau III; Atividades em Laboratório e/ou Práticas; Reuniões de Desenvolvimento; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º grau III; Psicologia da Educação X e XI; Projetos de Ação Pedagógica V e VI; Dinamização Curricular II; e Metodologia do Ensino de 2º grau II e III, faziam parte de diferentes habilitações, podendo haver variações nas ementas.

A habilitação em Biologia reunia disciplinas específicas da área, como: Biologia Celular IV (CH: 75); Bioquímica X (CH: 90); Anatomia VIII (CH: 45); Zoologia VII (CH: 90), VIII (CH: 75), IX (CH: 75) e X (CH: 90); Botânica VII (CH: 90), VIII (CH: 75) e IX (CH: 90); Genética VI (CH: 75) e VII (CH: 75); Biofísica VII (CH: 75); Fisiologia XII (CH: 75); Ecologia III (CH: 75) e Geologia Geral IV (CH: 45).

Na habilitação em Matemática eram ofertadas as disciplinas: Álgebra I (CH: 60) e II (CH: 60); Álgebra Linear III (CH: 75); Cálculo Diferencial e Integral I (CH: 75) e II (CH: 75); Introdução ao Processamento de Dados (CH: 60); Geometria I (CH: 60), II (CH: 60), III (CH: 60) e IV (CH: 60); Análise Vetorial I (CH: 75); Cálculo Numérico I (CH: 60); Análise Matemática I (CH: 75) e II (CH: 75); Equações Diferenciais III (CH: 60); Fundamentos de Matemática Elementar I (CH: 75) e II (CH: 75); Geometria Diferencial (CH: 60); História e Filosofia da Matemática (CH: 60); e Probabilidade e Estatística I (CH: 60).

A habilitação em Física compreendia as disciplinas: Elementos de Termodinâmica e Teoria Cinética dos Gases I (CH: 45) e II (CH: 45); Mecânica Geral III (CH: 75) e IV (CH: 60); Química III (CH: 45) e IV (CH: 45); Análise Vetorial IV (CH: 45); Equações Diferenciais VI (CH: 60) e VII (CH: 45); Eletricidade e Magnetismo IV (CH: 90) e V (CH: 60); Acústica II (CH: 60); Elementos de Física Matemática (CH: 45); Estrutura da Matéria I (CH: 90) e II (CH: 90); Eletrônica Básica I (CH: 75) e II (CH: 75); Elementos de Ótica (CH: 90); Introdução à Física Nuclear I (CH: 45) e II (CH: 45); Fundamentos da Física (CH: 30); História e Filosofia da Física (CH: 30); Introdução ao Processamento de Dados (CH: 60).

A habilitação em Química foi estruturada com disciplinas específicas da área: Cálculo Fundamental VI (CH: 45) e VII (CH: 45); Física XIII (CH: 45) e XIV (CH: 45); Química Geral III (CH: 75) e IV (CH: 75); Química Inorgânica III (CH: 60) e IV (CH: 60); Química Analítica Qualitativa III (CH: 75) e IV (CH: 75); Físico-Química V (CH: 60) e VI (CH: 60); Química Orgânica V (CH: 60) e VI (CH: 60); Química Analítica Quantitativa III (CH: 75) e IV (CH: 75); Química Biológica IV (CH: 60) e V (CH: 60); Atomística (CH: 60); Cristalografia II (CH: 30); Mineralogia III (CH: 30); Termodinâmica II (CH: 45); e Análise Instrumental III (CH: 60).

Nas habilitações, assim como no ciclo comum, as disciplinas podiam ter abordagem teórica, prática ou ambas: Dinamização Curricular II e Metodologia do

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

Ensino de 2º Grau - teóricas; Projetos de Ação Pedagógica - prática; Prática de Ensino na Escola de 2º Grau III, com parte teórica e estágio supervisionado. Atividades em Laboratório e/ou Práticas permaneceram após o ciclo comum nas habilitações em Biologia e Matemática, mas não continuaram naquelas em Física e Química. Na Resolução UERJ nº 457/1976 nota-se a influência de interesses externos na construção da universidade com a orientação dos termos da Resolução nº 30/1974, que obrigava, conforme abordado anteriormente, a criação das licenciaturas em ciências, hierarquicamente. Processos como este não ocorrem passivamente (Nóvoa, 1982 e 1989), mas sim movidos por um “jogo de interesses” (Goodson, 2012, p.67). Em 1980 os cursos de licenciatura plena em Física, Química, Matemática e Ciências Biológicas na UERJ foram restabelecidos com a Deliberação nº 58/1980 (UERJ, 1980).

A Resolução nº 30/1974 do CFE influenciou a desvalorização social das licenciaturas, com a separação destas do bacharelado (Ayres, 2006). Cunha (1977) aponta que o aumento do número de professores não foi satisfatoriamente alcançado, com as instituições resistindo à aceitação daqueles formados apenas no ciclo comum, o que aumentou a procura pelas habilitações (Nascimento, 2012). Além da adesão nacional variável às licenciaturas curtas, a resistência também foi manifestada pela sua efemeridade (Lima-Tavares, 2006), no contexto sócio-histórico na construção do currículo (Goodson, 1997, 2012).

### **Considerações finais**

A implementação do curso de licenciatura em ciências na UERJ pela Resolução nº 457/1976 ocorreu a partir de uma demanda política para a formação de professores em curto período de tempo, para atender ao aumento do número de matrículas de estudantes nas escolas. A formação na licenciatura curta em ciências ser continuada por habilitação em Biologia, Física, Matemática ou Química. A licenciatura curta sofreu resistências na comunidade acadêmica e científica da época, sinalizadas neste estudo por mudanças estabelecidas na Deliberação nº 49/1979 e a efemeridade do curso.

Neste estudo buscou-se compreender mudanças e permanências nas habilitações de um curso de licenciatura em Ciências na UERJ nas décadas de 1970-80. Espera-se que os resultados possam subsidiar outros estudos acerca de cursos de licenciatura curta no país.

### **Agradecimentos e Apoio**

Os autores agradecem o apoio financeiro da bolsa IC-CNPq, Prociência da PR2-UERJ e FAPERJ.

## VI CONGRESSO PAULISTA DE ENSINO DE CIÊNCIAS

Itapetininga, 19 de novembro de 2025

### Referências

- ANJOS, M; RÔÇAS, G; PEREIRA. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 12, p.27-39. 201. DOI 10.22409/resa2019.v12i3.a29108.
- AYRES, A. C. M. **Tensão entre Matrizes**: um estudo a partir da Faculdade de Formação de Professores/UERJ. 2006. 183 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2006.
- BRASIL. **Resolução nº 30, de 11 de julho de 1974**. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a observar na organização do curso de licenciatura em Ciências. **Documenta**, Brasília, v.164, p. 509-11.
- CUNHA, L. A. Polivalentes ou Polichinelos? **Ciência e Cultura**, v. 29, n. 4, 1977.
- GOODSON, I. F. **Curriculum: teoria e história**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 141p.
- GOODSON, I. F. **A construção social do Currículo**. Lisboa: Educa, 1997. 111 p.
- LIMA-TAVARES, D. A. L. **Trajetórias da formação docente**: o caso da Licenciatura Curta em Ciências das décadas de 1960 e 1970. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Educação, UFF, Niterói/RJ, 2006, 203 p.
- NASCIMENTO, T. R. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 12, n. 45, p. 340-346, 2012.
- NÓVOA, A. Formação de Professores e Profissão Docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, p.13-33, 1992.
- NÓVOA, A. Profissão: Professor. Reflexões históricas e sociológicas. **Análise Psicológica**, 7, 435-456, 1989.
- SANTOS, M.C.F.S; SILVA, D. L.S. Ensino de ciências e formação docente: currículo de um curso de licenciatura no Rio de Janeiro. SHIGUNOV, A.; SILVA, A.C.; FORTUNATO, I.(Org.) **Coletânea do Congresso Paulista de Ensino de Ciências**: discutindo o ensino de ciências nos países ibero-americanos. Itapetininga: Edições Hipótese, 2025, p. 213 - 226.
- SUCUPIRA, N. Sobre o exame de suficiência e formação do professor polivalente para o ciclo ginásial. **Documenta**, n. 31, p. 107-111, 1964.
- UERJ. **Deliberação nº 049/79**. Reestrutura o currículo pleno do curso de Licenciatura em Ciências. 1979.
- UERJ. Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica. **Processo nº 1642/76**. Relatório sobre a criação do curso de licenciatura curta em ciências. UERJ, 1976.